

da dívida interna: 22.210%.

erno Figueiredo. Quando o próximo presidente assumir, a dívida total será superior a Cr\$ 118 trilhões.

Crescimento

Este foi o aumento ocorrido durante o gov

Quando o próximo governo assumir, em 15 de março de 85, a dívida pública da União terá atingido os Cr\$ 118 trilhões, um total 22.210% superior à herança de apenas Cr\$ 363,06 bilhões recebida pela administração Figueiredo. Essa previsão é do Banco Central, segundo o qual, ao final de novembro passado, a dívida interna já estava em Cr\$ 81 trilhões, tendo crescido 218,44% nos 11 primeiros meses do ano, contra uma inflação de 193% no período.

Em 12 meses, a variação do endividamento interno do Tesouro alcançou 242,2% ao final de novembro, contra a inflação anual de 215,1%. De dezembro a 15 de março próximo, as projeções do Banco Central indicam que a dívida pública ainda crescerá 45,7%, dentro da previsão de que a inflação — em consequência, também a correção monetária — continuará em ascensão nos primeiros meses de 1985.

Apesar do crescimento de 22.210%, o Banco Central entende que deixa à futura equipe econômica uma dívida pública bem administrada, até mesmo com o expurgo das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) com cláusula cambial (OR cambiais) e introdução de novos papéis que favorecem o alongamento do perfil da dívida, conforme portaria baixada na última quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Ernanês Galvêas.

Para começar, o Banco Central explica que dívida pública efetiva corresponde apenas aos papéis em circulação no mercado, fora da carteira da autoridade monetária. Dentro deste conceito, a dívida pública atingiu em novembro Cr\$ 50 trilhões. Mesmo assim, o crescimento no ano atingiu 206,9% e, em 12 meses, 242,3%, ainda bem acima da variação do índice de preços e da

correção monetária nos respectivos períodos.

É com base nesse saldo de Cr\$ 50 trilhões em novembro que o diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, insiste em afirmar que a dívida pública a ser herdada pelo governo Tancredo Neves não passará de Cr\$ 70 trilhões, com base na estimativa de inflação média de 10% ao mês até 15 de março do próximo ano.

Com a correção baseada nessa inflação projetada, o Produto Interno Bruto estaria em 15 de março em Cr\$ 500 trilhões, o que representaria dívida pública real, na conceitualização do Banco Central, de 14% do PIB — ou 24% em relação ao total dos papéis emitidos —, a ser administrada pelo futuro governo, contra os 7% registrados em 1983 e 1982.

As próprias projeções do Banco Central mostram que o perfil da dívida pública sofrerá forte estrangulamento, no segundo semestre de 1985, com acentuada concentração de vencimento dos papéis, embora Silveira Miranda qualifique de ignorantes os autores das estimativas de que, em determinados meses, a autoridade monetária terá que rolar Cr\$ 10 trilhões de títulos públicos.

Nem mesmo a meta da programação monetária de 1985 de resgate líquido de Cr\$ 16,23 trilhões de títulos da dívida pública ao longo do próximo ano tem maior significado diante do volume de papéis em circulação. Embora representem muitos zeros, Cr\$ 16,23 trilhões pouco representa diante dos serviços da dívida ainda impulsionados pela inflação de 200% ao ano, e nem a assessoria econômica de Tancredo poderá prever quando será possível conter a expansão do endividamento ou mesmo cortar a relação dívida pública/PIB.